



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

CONTAS DE GERÊNCIA

PERÍODO 2017



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE AROUCA

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2017	31-12-2016
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5 e 7	6.309.766,46	6.410.097,63
Bens do património histórico e cultural	5	204.241,31	204.241,31
Propriedades de investimento	-	-	-
Ativos intangíveis	6	1.184,01	466,60
Investimentos financeiros	18.1	5.668,06	4.004,73
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	-	-	-
Subtotal		6.520.859,84	6.618.810,27
Ativo corrente			
Inventários	9	50.667,24	46.912,16
Créditos a Receber	18.2	85.083,03	83.313,75
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-
Estado e outros Entes Públicos	18.8	7.597,38	14.882,45
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	-	-	-
Outros ativos correntes	18.3	241.820,93	284.614,96
Diferimentos	18.4	8.647,07	10.243,50
Caixa e depósitos bancários	18.5	835.660,44	580.809,94
Subtotal		1.229.476,09	1.020.776,76
Total do Ativo		7.750.335,93	7.639.587,03
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	18.6	148.895,87	148.895,87
Excedentes técnicos	-	-	-
Reservas	18.6	841.641,54	841.641,54
Resultados transitados	18.6	3.991.156,71	3.877.638,13
Excedentes de revalorização	18.6	95.804,26	95.804,26
Outras variações nos fundos patrimoniais	18.6	2.042.906,50	2.081.981,65
Resultado Líquido do período	-	44.896,97	113.518,58
Total do fundo do capital		7.165.301,85	7.159.480,03
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	-	-	-
Provisões específicas	-	-	-
Financiamentos obtidos	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	-
Subtotal		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	18.7	69.982,70	75.957,03
Adiantamentos de clientes	-	-	-
Estado e outros Entes Públicos	18.8	39.515,29	39.264,32
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	-	-	-
Financiamentos obtidos	8	-	-
Diferimentos	18.4	70.978,93	72.624,62
Outras passivos correntes	18.9	404.557,16	292.261,03
Subtotal		585.034,08	480.107,00
Total do passivo		585.034,08	480.107,00
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		7.750.335,93	7.639.587,03

AROUCA, 27 de fevereiro 2018

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Anabela Cristina Coelho Afonso

A MESA ADMINISTRATIVA

Alfredo Brandão Gomes
António Fernando Gomes Brandão
António Sérgio de Azevedo

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

Rua Dr. António Casimiro Leão Pimentel nº4 4540-132 AROUCA N.I.F. 501 289 623

Telef.: 256 940 500 Fax: 256 940 508/9 E-mail: secretaria.geral@scmarouca.com Visite-nos em: www.scmarouca.com



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE AROUCA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	10	1.754.811,71	1.703.428,08
Subsídios, doações e legados à exploração	12 e 18.10	1.444.676,67	1.374.617,64
Variação nos inventários da produção	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(341.322,54)	(337.922,95)
Fornecimentos e serviços externos	18.11	(800.269,76)	(707.843,21)
Gastos com o pessoal	16	(1.748.317,76)	(1.667.588,26)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-	-	-
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-
Provisões específicas (aumentos/reduções)	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	-	-	-
Outros rendimentos	18.12	65.942,78	63.059,95
Outros gastos	18.13	(33.202,32)	(32.829,38)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		342.318,78	394.921,87
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	(297.567,34)	(283.480,56)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		44.751,44	111.441,31
Juros e rendimentos similares obtidos	10 e 18.14	145,53	2.207,33
Juros e gastos similares suportados	18.14	-	(130,06)
Resultados antes de impostos		44.896,97	113.518,58
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		44.896,97	113.518,58

AROUCA, 27 de fevereiro 2018

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Anacle Cristina Coelho

A MESA ADMINISTRATIVA

Dep. de grande parte
Dr. Fernando Gomes Barros
António Teixeira de Al.



SANTA CASA DA MISERICORDIA DE AROUCA
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2017

DESCRÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe										Unidade Monetária: Euros	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	6	148.895,87	-	841.641,54	3.877.638,13	95.804,26	2.081.981,65	113.518,58	7.159.480,03	-	7.159.480,03		
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis													
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis					113.518,58				(113.518,58)				
Ajustamentos por impostos diferidos	18.6				113.518,58				(113.518,58)				
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7												
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								44.896,97		44.896,97	44.896,97	
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8								(68.621,61)		44.896,97	44.896,97	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO													
Fundos	18.6								(50.830,18)			(50.830,18)	
Subsídios, doações e legados	18.6								11.755,03			11.755,03	
Outras operações													
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017	10								(39.075,15)		(39.075,15)	(39.075,15)	
	6+7+8+10	148.895,87	-	841.641,54	3.991.156,71	95.804,26	2.042.906,50	44.896,97	7.165.301,85	-	7.165.301,85		

AROUCA, 27 de fevereiro 2018

A MESA ADMINISTRATIVA

A CONTABILISTA CERTIFICADA

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Francisco António Coelho Lopes

A MESA ADMINISTRATIVA

*depois grandes partes
 1º voto Henrique Gomes Fernandes
 António Luís de Almeida*



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		1.753.042,43	1.682.604,59
Pagamentos de subsídios		1.319.494,35	1.230.909,71
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(1.151.321,71)	(1.074.630,54)
Pagamentos ao pessoal		(1.748.317,76)	(1.667.588,26)
Caixa gerada pelas operações		172.897,31	171.295,50
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		156.242,25	28.921,20
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		329.139,56	200.216,70
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(196.675,61)	(353.986,18)
Ativos intangíveis		(1.277,97)	(307,50)
Investimentos financeiros			
Outros Ativos		(1.663,33)	(1.771,40)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros Ativos		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		145,53	2.207,33
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(199.471,38)	(353.857,75)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realizações de fundos		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		125.182,32	167.947,93
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	(6.695,33)
Juros e gastos similares		-	(130,06)
Dividendos		-	-
Reduções do fundo		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		125.182,32	161.122,54
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		254.850,50	7.481,49
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		580.809,94	573.328,45
Caixa e seus equivalentes no fim do período		835.660,44	580.809,94

AROUCA, 27 de fevereiro 2018

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Amélia Cristina Coelho Anjos

A MESA ADMINISTRATIVA

Dep. Pedro das Neves
Dr. António Fernando Gomes Branco
António Mendes de Al.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

Rua Dr. António Casimiro Leão Pimentel nº4 4540-132 AROUCA N.I.F. 501 289 623

Telef.: 256 940 500

Fax: 256 940 508/9

E-mail: secretaria.geral@scmarouca.com

Visite-nos em: www.scmarouca.com

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE
AROUCA**



**ANEXO
AO BALANÇO
E
À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
Período 2017**

1. Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Arouca é uma Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos, com sede na Rua Dr. António Casimiro Leão Pimentel, n.º 4, em Arouca, constituída sob a forma de Irmandade da Misericórdia. O seu Compromisso foi publicado no Diário da República n.º 38 de 14/02/1990, Série III, e alterado, em 2015, em conformidade com o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei 172-A/2014, de 14 de novembro, e pela Lei n.º 76/2015, 28 de julho. Esta alteração foi aprovada pela autoridade eclesiástica competente, em 05/10/2015, e o seu registo foi lavrado pelo averbamento n.º 3, à inscrição n.º 02/88, a fls. 68 e 127 verso do Livro n.º 2 das Irmandades da Misericórdia e considera-se efetuado em 20/01/2016, nos termos do n.º 4 do artigo 9.º do Regulamento do Registo, aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de janeiro.

Desenvolve atividades nas áreas da ação social para idosos e crianças e da prestação de serviços de saúde.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. O Anexo II do referido Decreto refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI).

O Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março foi alterado pelos: Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho; Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho; Aviso 8259/2015, de 29 de julho.

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu, pela primeira vez, no período de 2012.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir

consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente

atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados, ao valor patrimonial tributável ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.1. Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo custo de aquisição. Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.2. Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital.

3.2.3. Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	3
Propriedade Industrial	
...	
Outros Ativos intangíveis	

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.4. Investimentos financeiros

A Entidade é possuidora de valores mobiliários de cotação variável, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação a esses investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade.

3.2.5. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao custo de aquisição.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (*first in, first out*).

3.2.6. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;

- Entrada em incumprimento de uma das partes;
- Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

3.2.7. Fundadores /beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros encontram-se com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

3.2.8. Créditos a Receber e Outros Ativos Correntes

Os "Créditos a Receber" e as "Outros ativos correntes" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

3.2.9. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.2.10. Fornecedores e Outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outros Passivos Correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.11. Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;

- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.12. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.13. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimos Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos.

Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.14. Estado e Outros Entes Públicos

A entidade está isenta de IRC em todas as atividades que desenvolve, nos termos do n.º 1 do artigo 10º do Código do Imposto sobre as Pessoas Coletivas.

A entidade está igualmente isenta de IVA, nos termos do artigo 9º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado. O IVA suportado em empreitadas, aquisição de equipamentos e aquisição de géneros alimentares é restituído à entidade nos termos do Decreto-Lei 20/90 de 13/1, alterado pelo Decreto-Lei n.º 238/2006 de 20/12.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não existem efeitos nas contas provocados por alterações de políticas contabilísticas, alterações nas estimativas ou erros.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de "Ativos Fixos Tangíveis" do domínio público.

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2016, ocorreram os seguintes movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural":

	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
Bens imóveis	-	-	-	-	-	-
Arquivos	-	-	-	-	-	-
Bibliotecas	-	-	-	-	-	-
Museus	200.505,31	-	-	-	-	200.505,31
Bens móveis	1.030,00	2.706,00	-	-	-	3.736,00
...	-	-	-	-	-	-
Total	201.535,31	2.706,00	-	-	-	204.241,31

A verba apresentada em balanço retrata o investimento, em 2013, na reconstrução de um conjunto de casas rurais, no sentido de as converter no "Núcleo Museológico da Lavoura e do Linho". Inclui também um monumento do século XVII - "Calvário da Misericórdia" e um conjunto de móveis, a um antiquário, adquirido em 2016.

Em 2017, não houve movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural".

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

Rua Dr. António Casimiro Leão Pimentel, n.º 4 4540 132 Arouca

NIF: 501 289 623

Registo na DGSS 28/9/1987, Livro 2 das Irmandades de Misericórdia sob o n.º2/88, fls 68

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Bens imóveis	-	-	-	-	-	-
Arquivos	-	-	-	-	-	-
Bibliotecas	-	-	-	-	-	-
Museus	200.505,31	-	-	-	-	200.505,31
Bens móveis	3.736,00	-	-	-	-	3.736,00
...	-	-	-	-	-	-
Total	204.241,31	-	-	-	-	204.241,31

Não existiram perdas por imparidade no período de 2017 nem em períodos anteriores.

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada, no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
Terrenos e recursos naturais	724.879,51	-	-	-	-	724.879,51
Edifícios e outras construções	6.041.891,27	227.436,08	-	-	-	6.269.327,35
Equipamento básico	1.222.493,90	77.623,77	(820,09)	-	-	1.299.297,58
Equipamento de transporte	186.358,62	23.308,50	-	-	-	209.667,12
Ferramentas e Utensílios	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	437.388,48	1.932,54	(3.361,90)	-	-	435.959,12
Outros Ativos fixos tangíveis	153.121,76	5.814,49	(1.567,66)	-	-	157.368,59
Activos fixos tangíveis em curso	14.350,05	12.276,15	-	-	-	26.626,20
Total	8.780.483,59	348.391,53	(5.749,65)	-	-	9.123.125,47
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.010.885,73	124.544,12	-	-	-	1.135.429,85
Equipamento básico	824.977,89	98.313,59	(1.264,58)	-	-	922.026,90
Equipamento de transporte	120.212,11	21.910,09	-	-	-	142.122,20
Ferramentas e Utensílios	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	373.451,65	25.019,60	(2.669,56)	-	-	395.801,69
Outros Ativos fixos tangíveis	106.668,84	12.546,02	(1.567,66)	-	-	117.647,20
Activos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-
Total	2.436.196,22	282.333,42	(5.501,80)	-	-	2.713.027,84

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

Rua Dr. António Casimiro Leão Pimentel, n.º 4 4540 132 Arouca

NIF: 501 289 623

Registo na DGSS 28/9/1987, Livro 2 das Irmandades de Misericórdia sob o n.º2/88, fls 68

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Terrenos e recursos naturais	724.879,51	5,03	-	-	-	724.884,54
Edifícios e outras construções	6.269.327,35	36.843,20	-	-	-	6.306.170,55
Equipamento básico	1.299.297,58	117.345,09	-	-	-	1.416.642,67
Equipamento de transporte	209.667,12	34.690,00	-	-	-	244.357,12
Ferramentas e Utensílios	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	435.959,12	5.203,23	-	-	-	441.162,35
Outros Ativos fixos tangíveis	157.368,59	425,96	-	-	-	157.794,55
Activos fixos tangíveis em curso	26.626,20	2.163,10	-	-	-	28.789,30
Total	9.123.125,47	196.675,61	-	-	-	9.319.801,08
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.135.429,85	132.855,87	-	-	-	1.268.285,72
Equipamento básico	922.026,90	106.980,53	-	-	-	1.029.007,43
Equipamento de transporte	142.122,20	26.467,49	-	-	-	168.589,69
Ferramentas e Utensílios	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	395.801,69	19.224,51	-	-	-	415.026,20
Outros Ativos fixos tangíveis	117.647,20	11.478,38	-	-	-	129.125,58
Activos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-
Total	2.713.027,84	297.006,78	-	-	-	3.010.034,62

No que respeita aos aumentos dos ativos fixos tangíveis são de destacar os seguintes:

- **Edifícios e outras construções:** destaca-se a doação, por parte de um benemérito, de um prédio urbano (9.500,00€), no lugar de Candal, concelho de São Pedro do Sul e a empreitada de mudança de localização das caldeiras do edifício do Hospital (22.562,13€)
- **Equipamento básico:** para além do reforço de alguns equipamentos nas várias valências, destacam-se as aquisições de equipamento médico hospitalar: ecógrafo (57.564,00€), passadeira para treino de marcha (20.498,58€), gastroendoscópios (14.771,37€), aparelhos para consulta de medicina dentária (11.550,00€).
- **Equipamento de transporte:** aquisição de uma viatura ligeira de passageiros, com 9 lugares (34.690,00€);
- **Equipamento administrativo:** aquisição de computador e sistema de gestão de filas, no total de 2.953,23€, para além da doação de equipamento de escritório no valor de 2.250,00€.
- **Ativos Fixos Tangíveis em curso:** reflete o valor do anteprojecto de arquitetura para construção da valência de ensino pré-escolar.

Investimentos Financeiros

No que concerne aos "Investimentos Financeiros", espelha o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), que em 31/12/2017 apresentava o valor de 5.668,06€.

6. Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de "Ativos Intangíveis" do domínio público.

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

Rua Dr. António Casimiro Leão Pimenta, n.º 4 4540 132 Arouca

NIF: 501 289 623

Registo na DGSS 28/9/1987, Livro 2 das Irmandades de Misericórdia sob o n.º2/88, fls 68

abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
Goodwill	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	30.357,26	307,50	-	-	-	30.664,76
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	30.357,26	307,50	-	-	-	30.664,76
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	29.051,02	1.147,14	-	-	-	30.198,16
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	29.051,02	1.147,14	-	-	-	30.198,16

Não existiram perdas por imparidade no período de 2016.

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Goodwill	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	30.664,76	1.277,97	-	-	-	31.942,73
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	30.664,76	1.277,97	-	-	-	31.942,73
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	30.198,16	560,56	-	-	-	30.758,72
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	30.198,16	560,56	-	-	-	30.758,72

Não existiram perdas por imparidade no período de 2017.

7. Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2017			2016		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	200.911,83	134.077,86	66.833,97	200.911,83	117.325,66	83.586,17
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	200.911,83	134.077,86	66.833,97	200.911,83	117.325,66	83.586,17

Em 31/12/2017 a Entidade não detinha qualquer contrato de locação financeira.

O contrato n.º 100041755, que teve início em 20/9/2011, com uma renda de 630,37€, cessou em agosto de 2016. Os restantes três contratos haviam cessado em julho e agosto de 2015.

8. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Em 2017, a Entidade não detinha empréstimos bancários.

9. Inventários

Os valores da rubrica "Matérias-primas, subsidiárias e de consumo" se desdobram da seguinte forma:

- Matérias-primas: 4.821,38€;
- Matérias Subsidiárias e de consumo: 33.151,11€;
- Materiais Diversos: 12.694,75€, este valor refere-se a um donativo em géneros - vestuário de criança – de uma empresa têxtil à Entidade, em 2012, avaliado em 21.292,50€, o qual se destina a contribuir para o desenvolvimento de atividades futuras, tendo sido consumidos, em 2013, 1.262,25€, em 2014, 6.727,75€, em 2015, 178,50€, em 2016, 259,25€ e em 2017, 170,00€.

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2016	Compras	Redistribuição e regularizações	Inventário em 31-Dec-2016	Compras	Redistribuição e regularizações	Inventário em 31-Dec-2017
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	43.134,67	341.738,11	(37,67)	46.912,16	345.195,25	(117,63)	50.667,24
Produtos Acabados e Intermediários	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	43.134,67	341.738,11	(37,67)	46.912,16	345.195,25	(117,63)	50.667,24

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	337.922,95	341.322,54
Variações nos inventários da produção	-	-

10. Rédito

Para os períodos de 2016 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	1.754.811,71	1.703.428,08
Quotas dos utilizadores	661.584,38	621.716,82
Quotas e Jóias	4.335,00	4.495,00
Promoções para captação de recursos	-	-
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	-	-
Serviços secundários	1.088.892,33	1.077.216,26
Juros	145,53	2.207,33
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-

De referir que na rubrica 'Quotas dos utilizadores' constam as mensalidades de utentes das valências de serviços sociais, nomeadamente da Infância e Juventude (49.161,95€) e Terceira Idade (583.923,30€). A rubrica 'Serviços Secundários' engloba, fundamentalmente, os serviços de saúde, nomeadamente os Internamentos e Consultas (410.139,55€), os Exames Auxiliares de Diagnóstico (295.913,57€) e os tratamentos de Fisioterapia (367.636,48€).

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2016 e 2017, não ocorreram variações relativas a provisões.

Passivos contingentes

Não existem passivos contingentes.

Ativos contingentes

Não existem ativos contingentes.

12. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2016 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2017	2016
Subsídios do Governo	1.319.494,35	1.230.909,71
Centro Regional Segurança Social	994.746,69	907.528,79
Comparticipação da ARS	291.453,66	292.370,64
IEFP	5.294,00	16.010,28
Autarquia	28.000,00	15.000,00
...	-	-
Apoios do Governo	-	-
...	-	-
...	-	-
...	-	-
...	-	-

Na rubrica 'Centro Regional da Segurança Social' constam as participações dos acordos das valências de serviços sociais, nomeadamente da Infância e Juventude (138.841,89€), Cantinas Sociais (29.585,00€), Terceira Idade (703.626,58€) e Unidade de Cuidados Continuados (122.693,22€).

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não existem efeitos de alterações das taxas de câmbio nos períodos de 2016 e 2017.

14. Imposto sobre o Rendimento

A entidade está isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) em todas as atividades que desenvolve, nos termos do n.º 1 do artigo 10º do Código do Imposto sobre as Pessoas Coletivas, e conforme o estipulado na Declaração da Direção-Geral das Contribuições e Impostos, publicada no Diário da República – III Série, n.º 194, de 24/8/1989.

15. Instrumentos financeiros

Foi alienada uma carteira de títulos constituída por 11 ações do Banco Santander Totta cuja cotação perfazia o valor de 61,71€, pelo que a 31/12/2017 a Entidade não possuía quaisquer instrumentos financeiros.

16. Benefícios dos empregados

Os Órgãos Diretivos ou Corpos Sociais desta Entidade, são voluntários e, portanto, não auferem qualquer remuneração, de acordo com o *Compromisso* e legislação aplicável às IPSS.

No ano de 2017 foi criado pela Entidade 1 posto de trabalho a tempo parcial.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade, em 31/12/2017, foi de 128, ou seja, o mesmo que em 31/12/2016. Para além destes, existiram ainda 3 Contratos Emprego Inserção, através de protocolo com o IEFP.

Os gastos que a Entidade incorreu, com os funcionários, foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	1.434.779,73	1.368.310,12
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	286.789,38	269.449,03
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	11.737,73	11.070,15
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	15.010,92	18.758,96
Total	1.748.317,76	1.667.588,26

O aumento dos gastos com remunerações de pessoal estão relacionados com o aumento do salário mínimo nacional de 530€ para 557€ e com as reclassificações de pessoal ocorridas em 2017, para além do aumento da taxa social única de 22% para 22,3%.

17. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

18. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

18.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2017, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2017	2016
Investimentos em subsidiárias	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em associadas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Outros Investimentos Financeiros	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)	5.668,06	4.004,73
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	5.668,06	4.004,73

18.2. Créditos a Receber

Para os períodos de 2016 e 2017 a rubrica "Créditos a Receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes c/c	85.637,35	87.218,38
Clientes	60.616,97	66.394,55
Utentes	25.020,38	20.823,83
Clientes e Utentes títulos a receber	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes factoring	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	85.637,35	87.218,38

Nos períodos de 2016 e 2017 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2017	2016
Clientes	(554,32)	(3.904,63)
Utentes	-	-
Total	(554,32)	(3.904,63)

18.3. Outros Ativos Correntes

A rubrica "Outros Ativos Correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Adiantamentos ao pessoal	-	-
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	13.639,43	13.095,03
Outros instrumentos financeiros	-	54,45
Outros Devedores	228.181,50	271.465,48
Perdas por Imparidade	-	-
Total	241.820,93	284.614,96

A rubrica 'Outros Devedores' reflete, fundamentalmente, as verbas que se encontram por receber da Segurança Social (13.138,01€), da ARS Norte (181.850,94€) e da ADSE (24.400,75€).

18.4. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2017, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a reconhecer		
Despesas com custo diferido	8.647,07	10.243,50
...	-	-
...	-	-
Total	8.647,07	10.243,50
Rendimentos a reconhecer		
Quotas	-	40,00
Donativos em géneros	12.694,75	12.864,75
Outros	58.284,18	59.719,87
Total	70.978,93	72.624,62

A rubrica 'Outros Rendimentos a Reconhecer' reflete a retenção de garantia de uma empreitada de construção de um edifício que está a ser reconhecida como rendimento na medida da depreciação desse ativo.

18.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2016 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Caixa	94.816,65	69.296,04
Depósitos à ordem	615.843,79	461.068,41
Depósitos a prazo	125.000,00	50.445,49
Outros	-	-
Total	835.660,44	580.809,94

O valor em caixa, em 31/12/2017, inclui uma verba (71.625,60€) que propriedade dos utentes mas que está à guarda da Entidade.

18.6. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2017
Fundos	148.895,87	-	-	148.895,87
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	841.641,54	-	-	841.641,54
Resultados transitados	3.877.638,13	113.518,58	-	3.991.156,71
Excedentes de revalorização	95.804,26	-	-	95.804,26
Outras variações nos fundos patrimoniais	2.081.981,65	11.755,03	50.830,18	2.042.906,50
Total	7.045.961,45	125.273,61	50.830,18	7.120.404,88

De referir que os valores inscritos em "Aumentos" explicam-se da seguinte forma:

- Conta "Resultados Transitados":
 - Afetação do Resultado Líquido do período de 2016: 113.518,58€;
- Conta "Outras Variações nos Fundos Patrimoniais":
 - Doação de prédio urbano: 9.500,00€, de um prédio rústico 5,03€ e de mobiliário administrativo 2.250,00€.

E o valor inscrito em "Diminuições" explica-se da seguinte forma:

- Conta "Outras Variações nos Fundos Patrimoniais":
 - Amortização dos subsídios ao investimento: 50.830,18€, imputação a ganhos do período da parte equivalente à depreciação dos bens subsidiados, por contrapartida da conta 7883 – Outros Rendimentos;

18.7. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	69.982,70	75.957,03
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	69.982,70	75.957,03

18.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	7.597,38	14.882,45
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	7.597,38	14.882,45
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	8.061,01	7.451,96
Segurança Social	31.090,25	31.347,14
Outros Impostos e Taxas	364,03	465,22
Total	39.515,29	39.264,32

18.9. Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros Passivos Correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	89.152,92	-	-
Remunerações a pagar	-	89.152,92	-	-
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	240.947,73	-	222.640,76
Outros credores	-	74.456,51	-	69.620,27
	-	-	-	-
Total	-	404.557,16	-	292.261,03

O valor constante da rubrica 'Credores por acréscimos de gastos' corresponde às estimativas de férias e subsídios de férias de 2017, a pagar em 2018. Quanto ao valor da rubrica 'Outros Credores' reflete, fundamentalmente, (71.625,70€) os montantes dos utentes que se encontram à guarda da Entidade.

18.10. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2017, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios de outras entidades	-	-
Doações	125.182,32	143.707,93
Heranças	-	-
Legados	-	-
...	-	-

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

18.11. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2017, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	576.503,42	489.841,02
Materiais	26.772,86	28.055,52
Energia e fluidos	165.737,01	148.116,61
Deslocações estadas	1.374,03	3.287,48
Comunicações	7.619,29	7.534,34
Seguros	8.868,07	7.964,08
Outros fornecimentos	13.395,08	23.044,16
	800.269,76	707.843,21

O valor constante da rubrica 'Serviços Especializados' corresponde, fundamentalmente, a honorários de prestadores de serviços (485.934,30€), gastos com a conservação e reparação de equipamentos (54.191,10€) e trabalhos especializados (31.147,81€).

A rubrica outros serviços inclui gastos com rendas e alugueres (9.100,76€).

18.12. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	11.751,21	9.522,04
Descontos de pronto pagamento obtidos	173,77	28,46
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros		9,90
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Outros rendimentos e ganhos	54.017,80	53.499,55
Total	65.942,78	63.059,95

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

Rua Dr. António Casimiro Leão Pimentel, n.º 4 4540 132 Arouca

NIF: 501 289 623

Registo na DGSS 28/9/1987, Livro 2 das Irmandades de Misericórdia sob o n.º2/88, fls 68

A subconta 'Outros rendimentos' reflete fundamentalmente (50.830,18€) a imputação dos subsídios aos investimentos a qual é feita, anualmente, na proporção das depreciações dos ativos fixos tangíveis financiados.

18.13. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	2.737,62	91,67
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	806,40	669,71
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	1.324,35
Outros Gastos e Perdas	29.658,30	30.743,65
Total	33.202,32	32.829,38

A subconta 'Outros gastos e perdas' reflete, fundamentalmente, quotizações (3.750,00€), correções relativas a exercícios anteriores (5.531,09€) despesas com funerais de utentes (5.375,00€) e insuficiência de estimativa de férias e subsídio de férias (14.669,94€).

18.14. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	-	130,06
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	-	130,06
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	126,74	2.203,48
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	18,79	3,85
Total	145,53	2.207,33
Resultados financeiros	145,53	2.207,33

18.15. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

Rua Dr. António Casimiro Leão Pimentel, n.º 4 4540 132 Arouca

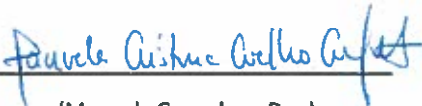
NIF: 501 289 623

Registo na DGSS 28/9/1987, Livro 2 das Irmandades de Misericórdia sob o n.º2/88, fls 68

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho Fiscal no dia 7 de março de 2018.

Arouca, 7 de março de 2018.

A Contabilista Certificada


(Manuela Gonçalves, Dra.)

P' A Mesa Administrativa

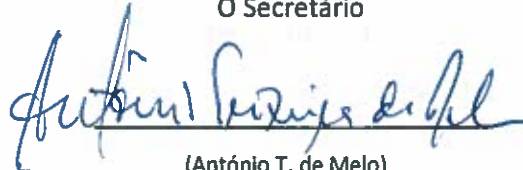
O Provedor


(Victor Brandão, Dr.)

O Tesoureiro


(Alfredo B. Martins)

O Secretário


(António T. de Melo)